

'Boys' por

PORTUGAL

A nova lei que define os cargos de nomeação política para a Administração Pública está a ser recebida com desconfiança. Limitação ou livre-trânsito para as clientelas partidárias?

UMA



medida



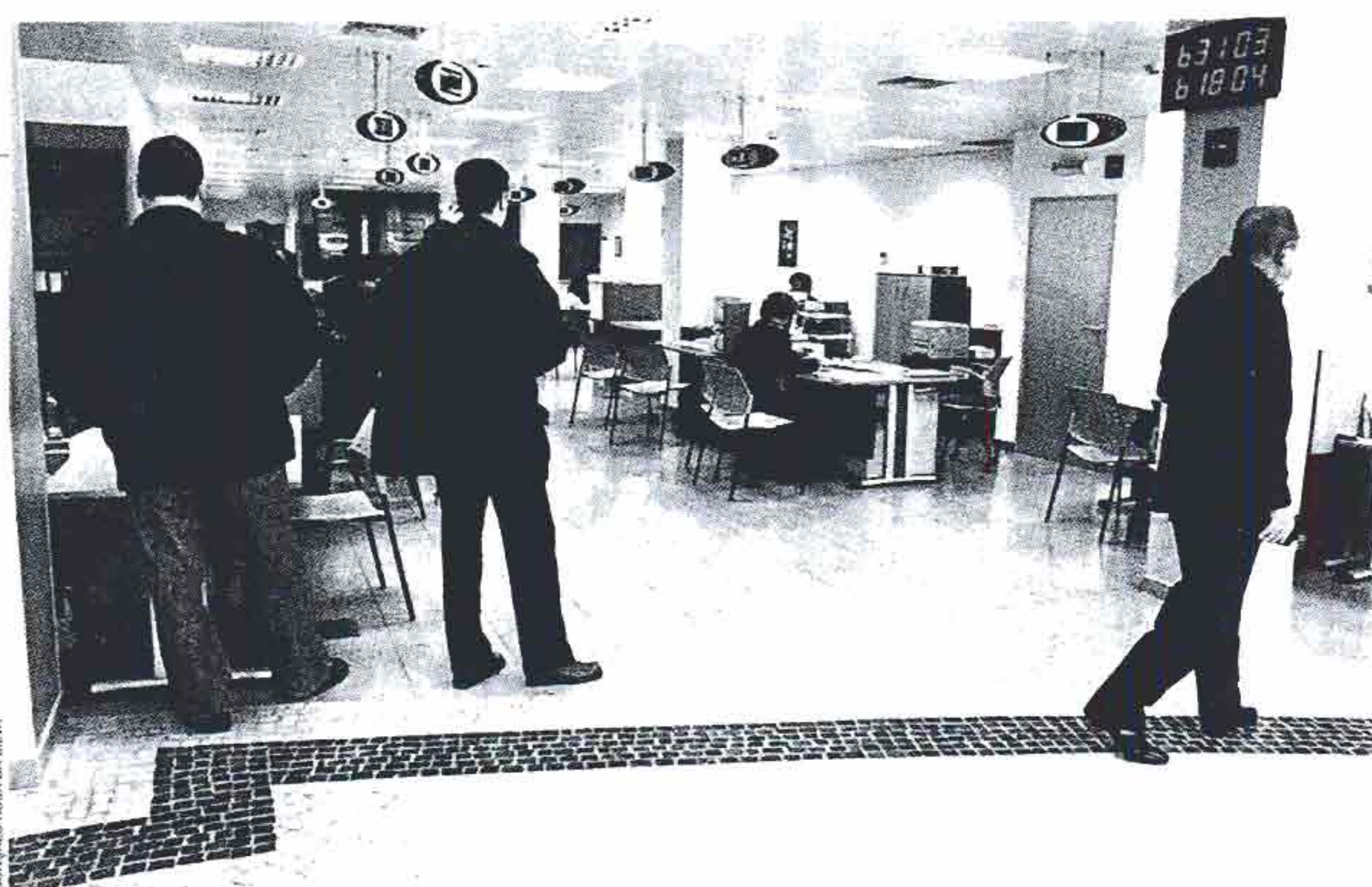
PAULO PENA

Portugal pode ser um país geograficamente acanhado e demograficamente irrelevante, pode até viver a sua pior crise orçamental das últimas décadas, apertando o cinto imaginário até ao sufoco. Mas se há coisa em que a pequenez não se aplica é à corte dos amanuenses da República. Há 8 002 cargos dirigentes e de gestores públicos. Nos píncaros desse topo, 271 são directores-gerais e 471 chefiam Institutos Públicos. No degrau abaixo os números duplicam: 542 subdirectores-gerais. Se somarmos a estes milhares os colaboradores próximos (secretárias, motoristas, chefes de gabinete, adjuntos, assessores) que cada governante nomeia quando chega ao seu ministério ou secretaria de Estado facilmente constatamos duas verdades inconciliáveis. Os *boys* são uma epidemia de dimensões consideráveis e, claro está, é muito difícil fechar a porta a esta multidão de milhares de interessados. Contas redondas, o número de lugares de nomeação, à disposição do «príncipe», como um dia chamou ao poder político o actual líder da maioria socialista, Alberto Martins, pode andar na ordem de grandeza do maior empregador nacional: os CTT, com mais de 16 mil funcionários. E não se contabilizam, aqui, as incontáveis «cunhas» nas autarquias e nos lugares menos qualificados do Estado.

A analogia é sobejamente conhecida. No dia a seguir às eleições, o carteiro da sede nacional do partido vencedor não tem mãos a medir para as cartas de recomendação, currículos e ofertas. Não terá sido diferente com o novo Governo de José Sócrates, até à data muito comedido no pécadilho dos *jobs for the boys*. O ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, garantiu que é intenção dos socialistas regerem-se pelos princípios da nova lei que estipula limites às nomeações políticas. O projecto foi aprovado, na generalidade, em Conselho de Ministros, no passado dia 14. Hoje, quinta-feira, 21, volta para aprovação final do Governo e será, provavelmente em Maio, submetido a

► 'BOYS' POR MEDIDA

apreciação parlamentar. Mas é duvidoso que a lei venha a ter o papel draconiano que muitos pretendiam (dentro e fora do PS). Para já, o projecto, a que a VISÃO teve acesso, defende que «ficarão agora perfeitamente clarificados quais os cargos dirigentes cujo provimento se fará por escolha (apenas os de direcção superior) e aqueles em que se recorrerá a um procedimento adequado de selecção». Lê-se no preâmbulo do diploma que, no futuro, «distinguir-se-á entre aqueles que mantêm autonomia quanto



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA São cerca de 8 mil os cargos que despertam a cobiça dos boys

Quantos são?...

Segundo dados oficiais, há cerca de 8 mil cargos de topo, na Administração Pública, entre dirigentes e gestores. Estes últimos ganham, em média, quase o dobro

OUTROS DIRIGENTES E GESTORES PÚBLICOS		
DIRECTORES-GERAIS OU EQUIPARADOS		
Presidência da República	1	10
Assembleia da República	1	22
Pres. do Conselho de Ministros	16	207
Provedoria da Justiça	1	10
Minist. da Agricultura	22	746
Minist. da Adm. Interna	17	749
Minist. da Cultura	22	230
Minist. do Ambiente	24	488
Minist. da Ciência	13	68
Minist. da Defesa	9	104
Minist. da Economia	16	468
Minist. da Educação	16	176
Minist. das Finanças	19	993
Minist. da Justiça	13	367
Minist. dos Neg. Estrangeiros	15	178
Minist. da Segurança Social	23	1701
Minist. das Obras Públicas	17	551
Minist. da Saúde	20	667

... e quanto ganham?

EM EUROS

Direcção Superior da Administração Pública (1.º grau)*	3 375,65
Direcção Intermédia (1.º grau)*	2 700,52
Gestor público de empresa do grupo A (presidente, nível I)	6 415,90
Gestor público de empresa do grupo C (presidente, nível I)	4 752,60

* Vencimento base, fora regalias

Fonte: Direcção-Geral da Administração Pública

VISÃO

às mudanças eleitorais (os respeitantes a secretarias-gerais e inspecções-gerais, ou organismos equiparados, e a outros serviços cujas atribuições tenham natureza predominantemente técnica assim reconhecida nos respectivos diplomas orgânicos ou estatutários) e os restantes, cujos dirigentes cessam automaticamente funções pela mudança de Governo». Ou seja, os cargos de confiança política (directores e subdirectores-gerais), que caem quando os governos mudam, e aqueles que serão alvo de critérios eminentemente técnico-profissionais (os dirigentes «intermédios», como directores e chefes de serviço e de divisão). Isto faria com que o número de cargos de livre nomeação se fixasse em perto de 1 500, na Administração Pública (gabinetes excluídos).

Vêm aí mais 'boys'?

Para Eduardo Cabrita, secretário de Estado Adjunto do ministro da Administração Interna, responsável por esta reforma, a nova legislação traduz «uma forte redução da discricionariedade dos Governos» e introduz «maior transparência» no processo de nomeação.

Só que a formulação escolhida já levanta suspeitas no sector. Queixam-se os sindicatos que, tal como está, a nova lei pode ser um tónico para a epidemia. Paulo Trindade, da FESAP (Frente de Sindicatos da Administração Pública), entende que este projecto até «alarga o âmbito das nomeações políticas», ao não deixar claro que as chefias intermédias são escolhidas por concurso. A VISÃO sabe que o Governo pondera reformular essa passagem do diploma e pode mesmo vir a

aceitar as sugestões dos sindicatos, no que se refere à eliminação do polémico «procedimento adequado de selecção», substituindo-o por «concurso».

Por outro lado, Bettencourt Picanço, do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, fala em «marcha-atrás» face ao que eram as intenções, declaradas, do Governo. O STE considera mesmo que «enquanto no passado se criticavam os partidos que enxameavam de boys a Administração, no futuro até já não os poderemos criticar porque ficam legalmente autorizados a fazê-lo, podendo inclusivamente alargar as benesses aos cargos de direcção intermédia». Este sindicalista questiona a transparência de um concurso organizado por três pessoas, «em que duas são da casa e outra de uma associação pública, uma das Ordens profissionais, por exemplo». Além da forma, a introdução da possibilidade de recrutamento externo para os cargos intermédios é outra das queixas dos sindicatos. Bettencourt Picanço ironiza: «Pelos vistos, os lugares de topo na Administração Pública já não chegam...»

Segundo a imprensa, Guterres fez 5 mil nomeações em seis anos; Durão e Santana chegaram às 4 mil

O STE acusa os responsáveis políticos de estarem a um passo da «atribuição do correspondente lugar da carreira técnica quando cessar a comissão» dos dirigentes cooptados.

Eduardo Cabrita faz um ponto de ordem: «Temos de comparar a nova legislação com a que está, neste momento, em vigor.» E aí, para o Governo,

os ganhos são evidentes. Segundo a lei 2/2004, aprovada por Durão Barroso, todos os cargos dirigentes da Administração Pública (de director-geral a chefe de serviço) dispensavam concurso. Mas esta medida foi aprovada, ao tempo, para acabar com a «burocratização» que, para o PSD e o CDS, vigorava nas escolhas.

E, de lei em lei, os Governos foram trocando acusações de clientelismo e jurando boas intenções. Guterres disse, em 1995, «no jobs for the boys» (qualquer coisa como: «nada de tachos para a rapaziada»). Em 2001, Durão acusou o PS de ter nomeado 14 mil *boys*. Em 2003, o PSD já contabilizava mais de 3 mil nomeações políticas feitas num só ano por Durão. Santana Lopes admitiu



BETTENCOURT PICANÇO
«Pelos vistos, os lugares de topo já não chegam...»

ter nomeado 89 dirigentes da Administração e 50 membros de gabinete. Um deles foi Miguel Almeida, amigo e correlegionário santanista, para presidente da Empresa Geral de Fomento. Ora, «fomento», em bom português, quer dizer, entre outros sinónimos, «favor». E no que toca a favores, nenhum primeiro-ministro está em condições de atirar a primeira pedra do episódio bíblico.

Braços armados ou raposas de gabinete?

Há exemplos caricatos, como o do gerente bancário, militante do PSD, que, de um momento para o outro, surge como presidente de uma Comissão Vitivinícola. Ou o do militante socialista que se queixa, com candura, de que sem lugares garantidos para os *boys*, o PS não tem condições para cativar novos militantes (*ver caixa*). Ou o de Eduarda Marques, 35 anos, vice-presidente do Instituto do Consumidor, área especialmente exigente em conhecimentos jurídicos e comunitários, que munida da sua licenciatura em Filosofia, desabafou, aos media: «Se nunca nos for dada oportunidade, nunca poderemos mostrar o que valem.»

Agora, os directores e subdirectores-gerais, presidentes e vices de institutos públicos têm uma legislatura para mos- ▶

Director-geral

O peso de um 'subalterno'

Paulo Macedo foi nomeado com grande alarido. O salário de 23 480 euros mensais do actual director-geral das Contribuições e Impostos (ou seja, cinco vezes mais do que ganha o Presidente da República) foi debatido no Parlamento, escrutinado na imprensa, motivou defesas e ataques. Manuela Ferreira Leite nomeou-o, Bagão Félix, sucessor da ministra no mesmo Governo, chegou a ponderar afastá-lo. Segundo a lei, o director-geral é um mero executor de políticas definidas pelo Governo, pelos seus ministros e secretários de Estado. Mas a sua importância vai muito para além das 27 alíneas que definem as suas competências na lei 2/2004. Paulo Macedo tem nas mãos um verdadeiro desígnio: recuperar «2 a 3% do PIB», em dívidas e fugas ao Fisco, o equivalente ao que seria necessário, em 2005, para reduzir o défice português para a meta do Pacto de Estabilidade.

Nas mãos de Paulo Macedo está, então, um objectivo que os últimos três Governos não conseguiram cumprir. E, para tal, dispõe de um batalhão de funcionários, 10 mil, um número que figura no *top* das maiores empresas portuguesas. É, sem dúvida, o funcionário mais importante da Administração Pública portuguesa. Pelo que ganha, pelo que pode arrecadar para o Orçamento e, também, pela enorme influência do seu cargo, em tempo de «vacas magras».



PAULO MACEDO O 'chefe' mais poderoso da Função Pública

Por isso, a actual maioria socialista optou por manter o todo-poderoso homem dos impostos. Mesmo perante notícias, recentes, que dão conta de alegadas irregularidades na situação fiscal de Paulo Macedo (segundo o *Diário de Notícias*, o director-geral está sob a alçada de um processo de execução fiscal por dívidas na contribuição autárquica de um imóvel).

A esmagadora maioria dos directores-gerais não foi, como Paulo Macedo, requisitada ao sector privado (no caso, ao BCP), mas dispõe dos mesmos

BI
NOME Paulo Macedo
IDADE 41 anos
SALÁRIO 23 480 euros
FUNÇÃO Director-geral das Contribuições e Impostos
FUNÇÃO QUE CHEGA 10 mil

poderes que, no limite, podem ditar a sobrevivência de qualquer política decidida pelo poder político. Gerir pessoas, património e orçamentos, prosseguir políticas e ditar prioridades de acção são alguns desses poderes. ■

► 'BOYS' POR MEDIDA

trar o que valem. E, segundo Eduardo Cabrita, «o novo Governo tem 45 dias, depois de empossado, para avaliar a continuidade», ou não, desses dirigentes. O interregno acaba por não tornar automática a mudança de chefias. Pelo contrário, garante o secretário de Estado, visa «dar alguma estabilidade» ao cargo. Nada que convença Bettencourt Picanço, que vê o actual figurino das chefias como «braços armados» do poder político.



EDUARDO CABRITA «Governo quer mais transparência nas nomeações»

É a velha questão do ser e do parecer. Nenhum governante ignora o peso que uma «raposa de gabinete», um funcionário de topo hostil ao poder vigente, pode ter na sobrevivência das políticas (*ver caixa*). Há ministérios gigantescos, como os da Agricultura, Educação,

Saúde, Finanças ou Segurança Social, cujos organogramas fariam Einstein desistir de os compreender. E há poderes, muitos poderes, que batalham entre si.

Nomear, à medida, é muitas vezes, a maneira mais fácil de ultrapassar os bloqueios. Até que surja a primeira lei que defina o número do sapatinho de cristal, feito à medida do seu titular. O que deixará descalços muitos dos actuais, e eternos, interessados numa carreira atractiva. ■

» CASOS

Pequena história de 'boys' e 'girls'

Estes casos são a ponta do icebergue das nomeações, ou de transições entre cargos políticos e empresas públicas

Mira Amaral – Ex-ministro do PSD, este engenheiro foi nomeado para CEO da Caixa Geral de Depósitos (banco estatal) por Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite, em 2002. Em finais de 2004 reformou-se e passou a auferir uma pensão vitalícia de mais de 18 mil euros. O ministro das Finanças de então, Bagão Félix, considerou esta situação como «quase obscena».

Lucília Preto – Irmã do deputado e líder da distrital de Lisboa do PSD, António Preto, foi nomeada, em 2002, para o Instituto das Artes do Espectáculo. Ficou menos de dois anos em funções.

Costa & Costa, Hospitais SA – Os deputados do PSD Abílio e Vergílio Costa viram os seus filhos, Luís e Catarina, respectivamente, de 32 e 27 anos, serem nomeados gestores de dois Hospitais SA, em 2002. Correia de Campos, actual ministro da Saúde do PS, referiu-se a estes casos como sendo «bafejados pela genética».

Ramiro Matos – Advogado e presidente da comissão política concelhia do PSD de Santarém foi nomeado para administrador não-executivo do Hospital local. O director-clínico daquele hos-

pital distrital, Filipe Rosas, demitiu-se, invocando a presença de *outsiders* na administração como uma das causas da sua saída.

Armando Vara – Em Julho de 2001, poucos meses depois de rebenotar o escândalo da Fundação para a Prevenção e Segurança, que o levou a demitir-se de secretário de Estado da Administração Interna, foi nomeado pelo Governo do PS para director do departamento de Património e Obras da Caixa Geral de Depósitos. Vara fora, há quase 20 anos, bancário da CGD em Mogadouro. Passou de funcionário de nível 7 para gestor de nível 16.

Antonino Rodrigues – O Governo socialista caiu e com ele pre-

parava-se para cair o presidente do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias, uma sociedade anónima de capitais públicos. Mas o extinto Instituto de Participações do Estado, que co-tutelava a empresa, contrariou o ministro da Agricultura do PSD e reconduziu-o para um novo mandato. O ministro não gostou e exonerou-o, para nomear um ex-secretário de Estado do PSD, Salter Cid. Resultado: o Estado pagou uma indemnização entre 50 e 150 mil euros a Antonino Rodrigues.

Gomes da Silva – O ex-ministro da Agricultura do PS (que comeu uma mioleira bovina em plena crise das «vacas loucas») saiu do Governo para o Instituto de Participações do Estado. Quan-

do o IPE foi extinto, por Durão Barroso, em 2002, foi um dos contemplados com uma indemnização que oscilou entre os 250 e os 500 mil euros.

José Queiroz – Ex-número dois da TAP, em rota de colisão com o seu novo chefe, o brasileiro Fernando Pinto, esteve na origem de uma «revolução» aeronáutica. O Governo do PS, em meados de 2001, exonerou os cinco dirigentes do Instituto Nacional da Aviação Civil e colocou ali José Queiroz, apontado como um «influyente socialista». Num documento citado pela imprensa, alegadamente escrito por um militante rosa do INAC, a situação anterior era descrita em termos pungentes: «Dos 30 dirigentes nomeados nenhum é militante socialista. Com esta política o PS nunca conseguirá criar quadros dirigentes nem cativar novos militantes, sobretudo se estiver na oposição.»



EX-GOVERNANTES Mira Amaral, Gomes da Silva e Armando Vara tiveram regressos polémicos à vida 'civil'